

O TRABALHO NA FORMAÇÃO DO BRASIL E A QUESTÃO DA DEPENDÊNCIA¹

Luciana Azevedo

Doutora em Serviço Social/UERJ, Mestra em Serviço Social/UFPE. Técnica de Nível Superior da Coordenação de Gestão do Trabalho e Educação Permanente - COGETP/SEMCAS.
E-mail: lucyazvdo@yahoo.com.br

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/CONEC-2025.02>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/CONEC-2025.02-68>

RESUMO: O presente artigo discute a formação do Brasil e sua dependência aos países de capitalismo central, delineando autores do campo da crítica da econômica política, bem como aqueles que se destacam atualmente, no âmbito da Teoria Marxista da Dependência - TMD.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho. Dependência. Formação Social.

LABOR IN THE DEVELOPMENT OF BRAZIL AND THE ISSUE OF DEPENDENCY

ABSTRACT: This article discusses the formation of Brazil and its dependency on central capitalist countries, outlining authors from the critique of political economy, as well as those who currently stand out within the scope of the Marxist Theory of Dependency (MTD).

KEY WORDS: Work. Social formation. Dependency.

INTRODUÇÃO

Para discutir a questão da dependência do Brasil aos países de capitalismo central, necessita-se captar a relação da formação social do Brasil à emergência do capitalismo nos países centrais, evidenciando as similitudes de diferenciações entre a classe trabalhadora nos distintos continentes, bem como a relação construída entre ambas as formações sócio-históricas. A partir dessa perspectiva, é possível evidenciar linhas de análise que indicam os desafios postos na ruptura dessa relação de dependência, pelos países latinos, que estão nessa condição na atualidade.

¹ Trabalho final da disciplina “Trabalho, Relações Sociais e Serviço Social na América Latina”, apresentado ao Curso de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, como requisito para aprovação na disciplina.

A DEPENDÊNCIA NA CONSTITUIÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA

Em “O Capital”, ao abordar as condições históricas que favoreceram a emergência do capitalismo, Marx indica em “A Assim Chamada Acumulação Primitiva” que, diferentemente do que tentavam convencer os liberais, não foi a capacidade de poupar dos primeiros burgueses a condição *sine qua non* para que o capitalismo tivesse emergido, mas um complexo processo, ao longo da História, que retirou do trabalhador os meios de produção. Permeadas por violência, as expropriações subtraíram dos camponeses a propriedade da terra, liberaram o servo da coerção e os senhores feudais de seus domínios, possibilitando deslocamentos de grandes massas humanas, os quais, somados à remoção dos mestres das corporações e à submissão de crianças e mulheres a condições aviltantes de trabalho em minas, serviram de alavanca à constituição da classe capitalista.

A esse complexo histórico e contraditório de luta entre classes antagônicas, que caracterizou a decadência da sociedade feudal e ascensão do modo de produção capitalista, agregou-se o estabelecimento de legislações sanguinárias subjacentes à violenta usurpação das terras dos camponeses. Desse modo, criminalizou-se a pobreza, sob a forma de vadiagem, cujos efeitos coercitivos contribuíram na obtenção da submissão necessária ao violento processo de exploração do trabalho nascente, bem como na transformação dos expropriados em assalariados. Ressalta-se ainda como demarcações históricas fundamentais para constituição do capitalismo, nos moldes em que o conhecemos, o estabelecimento de teto remuneratório, com multas para aqueles que o extrapolassem, assim como a proibição dos direitos de associação dos trabalhadores, cujas coligações foram consideradas crime.

Já a conexão entre a chamada produção capitalista e a formação sócio-histórica brasileira pode ser apreendida, quando o autor indica que a descoberta do ouro e da prata nas Américas, assim como o extermínio e escravização das populações indígenas, bem como a transformação da África em vasto campo de caçada da população negra escravizada, e o monopólio são características do sistema colonial, que se constituíram em alavancas de concentração de capital. Indica assim que, no período manufatureiro, o

sistema colonial desempenhou um papel preponderante, haja vista ter sido a supremacia comercial que proporcionou o predomínio industrial.

Por sua vez, Prado Junior (1976), ao demarcar a formação do Brasil, relaciona a colonização ao capitalismo mundial, explicando que:

[...] vista do plano mundial a colonização do Brasil e dos trópicos toma o aspecto de vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o caráter que ela, destinada a explorar recursos naturais (matérias-primas) de um território virgem em proveito do comércio europeu (Prado Junior, 1976, p. 31).

É nessa perspectiva que, segundo o autor, apresenta-se o sentido da colonização brasileira, exportar matéria-prima para o mercado internacional, objetivo para o qual o trabalho escravo foi fundamental, haja vista que, embora não se caracterize pela extração de mais-valia própria da força de trabalho assalariada, constituía-se também em mercadoria. Desse modo, a análise do autor tem sua relevância por inovar, ao apresentar desacordo com demais autores de sua geração, sobre qual modo de produção se desenhou no Brasil Colônia. Vai indicar a grande empresa comercial, com o monopólio, grande propriedade e uso da mão de obra escrava, apesar de que, nos países centrais, o operariado estivesse em plena constituição, a partir da decadência do feudalismo.

Tal panorama conduz ainda ao entendimento de que a “colonização” da América foi parte de um processo mais amplo, que seria a acumulação primitiva necessária à emergência do capitalismo e da Revolução Industrial europeia. Destarte, embora com suas limitações, a obra do autor apresenta a relação de dependência entre o Brasil e os demais países latinos em relação aos países de capitalismo avançado, quando indica que a Colônia dependia do mercado externo para escoar sua produção e, somente para isso, tinha sentido sua colonização. Dialeticamente, a produção local também possibilitou o desenvolvimento da grande indústria nascente europeia.

Também permite uma série de conclusões a respeito dos elementos que se constituíram nossa marca histórica, sobretudo no que tange à nossa vocação para o mercado internacional como fornecedor de matérias-primas, à marca do autoritarismo, com os processos decisórios se dando pelo alto, articulado ao peso do escravismo que, mesmo com a Lei Áurea, não possibilitou aos recém-libertos condições de igualdade

para participar da nascente produção como força de trabalho. Ou seja, à persistência do arcaico, demonstrando traços que se repetem.

Nessa perspectiva, há de se ressaltar que, na formação social brasileira, especificamente na maranhense, a constituição de uma classe trabalhadora nos moldes do operariado eurocêntrico nunca foi uma marca generalizada em nosso processo de industrialização. Pelo contrário, nossa marca ocorreu nos termos de desenvolvimento desigual de um país, cuja colonização se deu voltada, sobretudo, para a exportação de matérias-primas que subsidiasse a nascente indústria europeia, assim como a extração de materiais e metais que propiciassem a acumulação permanente de capitais.

Por outro lado, Mattos (2017), em “Sete notas introdutórias como contribuição ao debate da esquerda socialista no Brasil”, ressalta interpretações nas quais destaca que o sentido da colonização foi o estabelecimento da grande propriedade monocultora, objetivando garantir lucros para a metrópole, explica somente parte da história da economia colonial. Para ele a prevalência das relações de produção baseadas na escravidão gerou um modo de produção peculiar, escravista e colonial.

Ademais, aponta os desafios do sujeito coletivo, afirmando que a formação do proletariado no Brasil é um processo que combina características gerais, quais sejam, expropriação e formação de uma classe que sobrevive da venda da sua força de trabalho, associada a características específicas. Isso porque essa classe trabalhadora urbana constituiu-se de artesãos livres, forçados ao assalariamento, mas também de migrantes europeus e de ex-escravos, cujas lutas abolicionistas, protagonizadas pela primeira geração de ativistas socialistas no Brasil, já antecipavam que estava em processo a formação de nossa classe trabalhadora.

Essa é uma das razões dessa classe, constituída de forma pouco numerosa, ter conseguido formar sindicatos e construído organizações partidárias, assim como promovido congressos e realizado centenas de greves, mesmo em um país de economia agroexportadora, em início de industrialização. Nesses termos, Mattos (2017) assinala que tal panorama explica a constituição da legislação social voltada aos trabalhadores urbanos na década de 1930, associada à institucionalização e controle dos sindicatos corporativos, de modo a combinar aparelho de repressão e consenso em uma espécie de revolução passiva, no bojo de uma contrarrevolução preventiva da burguesia brasileira.

Nos termos de Antunes (2018), nossa classe trabalhadora já nasceu precária. O respectivo o autor demarca as mediações necessárias à discussão a respeito do precariado, dentre elas, a diferenciação entre Norte e Sul. Assim explica que, na periferia, onde explicita o Brasil, o proletariado nasceu impregnado de precariedade, haja vista que nasceu a partir da abolição do trabalho escravo, **“de modo que sua precarização não é a exceção, mas um traço constante de sua particularidade desde a origem”** (Antunes, 2018, p. 61, grifo nosso).

Em sequência, o autor aponta que, como no Sul não nasceu nenhuma aristocracia operária, o proletariado brasileiro sempre se confundiu com a condição de precariedade, enquanto no Norte, na gênese do movimento operário constituiu-se uma forte aristocracia operária com um proletariado sólido, herdeiro do Taylorismo, do Fordismo e do *Welfare State*. Por isso, ficou evidente, quando emergiu o precariado, a forte diferenciação entre o proletariado tradicional e os bolsões de imigrantes que se encontravam na base da classe trabalhadora, portanto, falar em precariado no Sul é uma completa desproporção e um equívoco empírico, dadas as particularidades e singularidades de sua classe trabalhadora. Por isso o autor reforça que

[...] o precariado - se assim o quisermos chamar – deve ser compreendido como parte constitutiva do nosso proletariado desde sua origem, o seu polo mais precarizado, ainda que seja evidente, como já indicamos ao longo deste capítulo, que entre nós também venha se desenvolvendo com rapidez um novo contingente do proletariado, largamente vinculado aos serviços, com um traço geracional marcante (juventude) e cujas relações de trabalho estão mais próximas da informalidade, do trabalho por tempo determinado, dos terceirizados e intermitentes, modalidades que não param de se expandir. [...] (Antunes, 2018, p. 62).

Percebe-se que, nos países centrais, o precariado é uma criação recente, evidenciando que a superexploração deixou de ser prática apenas da burguesia dependente, para se tornar marca daqueles países. Desse modo, aqueles decorrentes da população excedente, nominada por Marx superpopulação relativa – em seus contingentes flutuantes, latentes e estagnados – encontram-se incrustados no precariado, tais como: imigrantes pobres, imigrantes com qualificação, mulheres brancas ou imigrantes negras, indígenas, amarelas, dentre outras. Nesse sentido, enquanto nos países do Norte do globo se reconhece a emergência do precariado como um dos mais precarizados da classe trabalhadora, nos países do Sul, assim como no Brasil, não há

muita distância entre o seu proletariado mais regulamentado e o precariado do Norte, haja vista que aqui nunca houve *Welfare State*, ainda que se desenhe o que Antunes (2018) chama de nova morfologia do trabalho.

Essa morfologia é expressa por transversalidades de classe, geração, gênero, etnia, e outros, inter-relacionados com o mundo do trabalho, como qualificados, estáveis, precários, formalizados, informalizados, empregados e desempregados, etc. A nova morfologia inclui não só o operariado herdeiro da era taylorista e fordista, assim como os novos precarizados de serviços, que integram a classe-que-vive-do-trabalho, os quais oscilam entre a heterogeneidade em sua forma de ser (gênero, etnia, geração, qualificação, nacionalidade etc.) e a homogeneização resultante da condição de precarização decorrente da desregulamentação contratual. O autor conclui, enfatizando que, em sua nova morfologia, a classe trabalhadora participa cada vez mais do processo de valorização do capital nas cadeias produtivas, isso porque

[...] a burla dos direitos, a superexploração, a vivência entre formalidade e informalidade, exigência de metas, a rotinização do trabalho, o despotismo dos chefes, coordenadores e supervisores, os salários degradantes, os trabalhos intermitentes, os assédios, os adoecimentos, padecimentos e mortes decorrentes das condições de trabalho indicam o claro processo de proletarização dos assalariados de serviços que se encontram em expansão no Brasil e em várias partes do mundo, dada a importância das informações no capitalismo financeiro global (Antunes, 2018, p. 64).

Por isso, o autor demarca que o mundo é hoje um laboratório para se compreender essa tendência de precarização intensificada do trabalho que amplia cada vez mais as modalidades de trabalho intermitente, assim como para compreender a nova era das lutas sociais que acompanham esse processo.

Como se verificou ao longo do presente aprofundamento teórico, o trabalho, no sentido ontológico, transformou-se no decorrer da História, concomitantemente com a produção social, que passou a ser capitalista, evidenciando a emergência da mercadoria, com duplo caráter, valor de uso e de troca. Mas a mercadoria que movimenta a produção social é o trabalho porque é a única capaz de mais-valor. A mercadoria trabalho também se transformou, de produção em cooperação, para divisão social do trabalho, produção fordista, posteriormente toyotista e hoje deu as bases para emergência do precariado ou infoproletários, no dizer de Antunes (2018).

Retomando Mattos (2017) sobre as condições da classe trabalhadora recente, o autor evidencia o crescimento da força de trabalho nos países definidos pelo Banco Mundial como de “baixo rendimento”, enquanto no mundo, ela diminuiu. Ademais, quando da publicação de sua obra, tinha-se um aumento no número de pessoas empregadas no mundo, porém com uma crescente relação inversamente proporcional: ganhos de trabalho menores e aumento da produtividade.

No Brasil houve uma perda de vagas com carteira assinada, em 2016, além de precariedade laboral expressas por jornada maior, rendimentos salariais mais baixos e maior rotatividade de emprego, em função de terceirizações. Nesse aspecto, Mattos demonstra comprovar-se a tese de Marx, segundo a qual a produtividade do trabalho vem crescendo na medida em que diminuem os números de postos de trabalho, o que corrobora a lei tendencial da queda da taxa de lucros de Marx.

Por fim, o aumento crescente do número de desempregados e de empregados precários põe em evidência, conforme cita Mattos (2017), a premissa marxiana segundo a qual a acumulação capitalista é multiplicação do proletariado que transforma parte da população trabalhadora em braços desempregados. Ressalte-se aqui que, no caso particular brasileiro, em especial, no maranhense, parte dessa força de trabalho nunca foi absorvida nos moldes exemplificados no padrão europeu de formalização e regulamentação de direitos sociais. Com base nesse padrão, a nascente indústria brasileira logrou êxito em incorporar apenas uma pequena parcela da classe trabalhadora.

Mattos (2017) discute ainda o sujeito histórico, propondo-se a analisar a classe trabalhadora, a partir de seu conceito, história e perfil atual, abordando a questão de Marx na “Crítica da Filosofia do Direito de Hegel”, sobre a possibilidade positiva de emancipação na Alemanha. Daí, aponta que o sujeito histórico em potencial desse processo de emancipação seria o proletariado, devido às cadeias radicais que o prendem, as quais só poderiam ser vencidas através da emancipação de todas as demais esferas.

Mattos (2017) demonstra, então, a partir de Marx, ser o sujeito desse processo a classe trabalhadora em sentido amplo, e não restrito ao operariado e seu trabalho manual exercido na grande indústria, no sentido da produção direta de mercadorias mediante o intercâmbio metabólico entre homem e natureza. Ou seja, o sujeito é a classe que tem

como característica não ser proprietária dos meios de produção, o que lhe compele a vender sua força de trabalho mediante o assalariamento.

Desse modo, o autor indica, a partir do capítulo inédito de *O Capital* que a produtividade não está vinculada somente ao trabalho manual, não sendo o parâmetro para desautorizar sua condição de classe trabalhadora, assim como sua condição de sujeito no processo emancipatório desta classe em relação às amarras da exploração capitalista, via processo revolucionário. Assim sendo, Mattos (2017) aponta que a ideia recente de fim da classe trabalhadora toma como padrão o que foi uma excepcionalidade histórica, que é o operariado fabril, branco, masculino e eurocêntrico.

Por conseguinte, entender a organização da classe trabalhadora contemporânea, enquanto sujeito coletivo, requer pressupor tais considerações, assim como demarcar que a classe trabalhadora brasileira é atravessada por questões de raça e de gênero, heterogeneidade e diferenciações que, por sua vez, aprofundam o grau de exploração a que está submetida, diminuindo o rendimento dos sujeitos que possuem tais condições. Essas questões também vão atravessar a constituição da classe trabalhadora do Maranhão, considerando que o referido estado tem uma das maiores populações negras, proporcionalmente, além de grande número de conflitos em torno da luta pelas terras de remanescentes de quilombos. Acrescenta-se ainda a questão dos povos originários que, expropriados de suas formas de sobrevivência, são impelidos a engrossar a superpopulação relativa em situação de miséria nos centros urbanos.

TRABALHO, DESENVOLVIMENTISMO E DEPENDÊNCIA

Retomando a produção de Prado Junior (1976, p. 11), atualmente, o ponto mais polêmico da obra do autor seria sua indicação de que “[...] não completamos ainda hoje nossa evolução da economia colonial para a nacional [...]”. Isso porque tal perspectiva levou à interpretação etapista de que o Brasil deveria ser estimulado a cumprir um processo de evolução, até chegar ao quadro semelhante ao da revolução burguesa europeia, que levara à emergência do capitalismo para, então, pensar possibilidades de destruição do respectivo modo de produção.

Tais questões são recuperadas por Martins (2011), quando explica que o tema do desenvolvimento ganha destaque na organização da hegemonia estadunidense no pós-guerra, especialmente a partir da crise de hegemonia britânica. Isso porque a mesma desdobrou-se em caos sistêmico e colocou na pauta do dia a necessidade de estabelecer um novo padrão monetário mundial, recuperar as economias europeias e sua capacidade de importação, assim como responder às reivindicações de desenvolvimento e autodeterminação dos movimentos nacionalistas dos países periféricos que, por sua vez, ameaçavam a divisão internacional do trabalho.

Nesse contexto, Martins (2011) explica que o nacional-desenvolvimentismo surge da crise de hegemonia britânica, que especializava os países centrais em atividades industriais, e os periféricos na produção de mercadorias primário-exportadoras, a partir de uma divisão internacional do trabalho, legitimada pela teoria das vantagens comparativas de David Ricardo. Segundo este, citado por Martins (2011), os países deveriam especializar-se em gerar mercadorias que lhes permitissem maior vantagem, haja vista que o comércio internacional era uma forma de maximizar o bem-estar mediante o aumento da produtividade e desvalorização das mercadorias.

Tais teses respaldaram o liberalismo econômico, todavia sua aplicabilidade gerou perda de renda nos países periféricos, de modo que as tensões sociais elevaram o tema à agenda em vários países fazendo com que o nacional-desenvolvimentismo se tornasse o novo paradigma, cuja mais alta expressão foi o pensamento cepalino, a partir de Raul Prebisch e Celso Furtado. Em linhas gerais, estes se contrapunham à perspectiva do liberalismo econômico e à teoria de Ricardo e propunham, por sua vez, a autodeterminação dos países dependentes que, em função da debilidade da burguesia nacional, deveriam implementar política de substituição de importações. Isso significa uma industrialização organizada, a partir da liderança do Estado, em três etapas: substituição de bens de consumo leves, de bens de consumo duráveis e de bens de produção.

Entretanto, Martins (2011) ressalta que o nacional-desenvolvimentismo cepalino, impregnado do pensamento de Ricardo, supunha relativa imobilidade internacional dos fatores de produção e não atribuía ao capital estrangeiro seu papel crescente na organização da industrialização. Tal perspectiva impediu de antever a

lógica global de circulação de capital e seus desdobramentos, que serão demarcados por Furtado (1966 *apud* Martins, 2011), quando aponta o esgotamento da industrialização e a criação de um novo dualismo, ou seja, a não absorção do excedente de mão de obra rural e, ainda, a criação de outros excedentes nos centros urbanos, resultantes da grande alocação de população urbana em segmentos de baixa produtividade.

Para tanto, Tavares (1964 *apud* Martins, 2011, p. 223) aponta como saída o que Martins indica, já naquela época, ter atingido o calcanhar de Aquiles do nacional-desenvolvimentismo: “Tavares propõe a reforma agrária para drenar os excedentes de mão de obra, uma vez que a elevada densidade de capital das tecnologias de produção e bens de capital e de bens duráveis não permitia fazê-lo”.

Tal perspectiva aponta um dos problemas históricos do Brasil que se reatualiza permanentemente, ou seja, a concentração fundiária. Esta, por sua vez, gera produção concentrada e também aprofunda a desigualdade social, além de ser um dos elementos que contribuem para a histórica dependência dos países latino-americanos, dentre os quais o Brasil se encontra.

Sob outra perspectiva, conforme Ferreira e Luce (2012), os estudiosos da Teoria Marxista da Dependência (TMD) desafiaram-se a pensar em como o capital se reproduz nas economias latino-americanas, a partir de sua vinculação ao mercado mundial e em como o imperialismo estabelecia-se na região. Assim, tomando como campo de análise a integração dos sistemas de produção sob controle da exportação de capitais, buscaram entender como o capital submetia e subordinava as formações sociais dependentes. Logo, a TMD objetivou “[...] desvelar as leis próprias do capitalismo dependente latino-americano como **modalidade sui generis da economia mundial [...]**” (FERREIRA; LUCE, 2012, p. 10, grifo nosso), não como uma etapa anterior do capitalismo central, tal qual se fazia pensar nas análises com conotação evolucionista.

Em suma, o capitalismo dependente não era a sociedade tradicional superável mediante políticas nacional-desenvolvimentistas, nem o atraso que seria ultrapassado pela revolução democrático-burguesa, mas a outra face da mesma economia capitalista mundial e seu sistema imperialista, com seus mecanismos internos de funcionamento [...] (Ferreira; Luce, 2012, p. 12).

Nessa direção, Marini (2012), um de seus principais interlocutores, vai apresentar os países latino-americanos como parte metabólica do capitalismo central, de

modo que a expansão da grande indústria permitiu a especialização produtiva com inserção dependente, o que significou mais uma rodada de subordinação. Essa posição indica que a dependência tecnológica e a financeira, aliadas à superexploração persistente, perpetuam a subordinação dos países dependentes latino-americanos à divisão internacional do trabalho, mesmo após a transição das economias agroexportadoras para as economias de consumo de massa. Ou seja, trata-se da forma que a economia dependente assumiu, após nela ter se concretizado um setor de produção para o mercado interno, o qual se tornou hegemônico, diferentemente da situação inicial em que a economia dependente, latino-americana, representava um sistema de economia complementar ao das economias centrais, como exportadora de matérias-primas.

Nesses termos, o autor indica os ciclos do capital na economia dependente, especialmente após a conformação de um mercado interno, quais sejam: primeira fase de circulação, fase de acumulação e produção, e, finalmente, segunda fase de circulação ou realização. Na primeira fase, a de circulação, o capital aparece na forma de dinheiro para adquirir meios de produção, enquanto na fase de acumulação e produção, o capital é revestido em meios de produção e força de trabalho a fim de valorizar-se. Já na segunda fase da circulação que, na verdade, é a terceira, é aquela em que, sob a forma de mercadorias, o capital objetiva a conversão em dinheiro.

Desse modo, na primeira fase da circulação, tem-se o investimento privado interno, que “[...] se apresenta para acumular sob a forma de meios de produção e força de trabalho [...]” (Marini, 2012, p. 23), aliado ao investimento privado externo e ao investimento público, de origem estatal. Este último, oriundo de parte da mais-valia, sob forma de impostos ou da mais-valia direta operada por empresas estatais, explica que, no caso do Brasil, o Estado participa de 60% do total anual na formação de capital fixo. Nessa fase, além de influenciado pelo Estado, o ciclo econômico é articulado ao exterior por intermédio do capital estrangeiro, que atua como fator externo à economia dependente sob a forma de investimento direto ou indireto (empréstimos). Como sobre esta forma incide taxa de amortização e taxas de juros sobre a mais-valia, o investimento indireto contribui para colocar a economia dependente fora de controle.

Marini (2012) assegura que a dependência latino-americana é caracterizada pela forma aguda e histórica, na qual a indústria manufatureira dos países dependentes apoiou-se no setor de bens de capital dos países capitalistas avançados. Isso porque, nos países dependentes, a produção de bens de consumo estendeu-se além do que ocorreu com os capitalistas avançados, exatamente por contar com a oferta externa de meios de produção adquiridos: equipamentos e maquinaria. Enquanto nos capitalistas avançados, “[...] a tendência geral do processo de industrialização foi a de produzir bens de consumo para desenvolver depois a produção de bens de capital [...]” (Marini, 2012, p. 27). Dessa forma, a dependência se deu tanto tecnologicamente, quanto em termos materiais, operando uma drenagem de capital dos países dependentes, através da compra de maquinários obsoletos nos países centrais, por valores superiores ao que seria comercializado. **Tal situação gerou e gera transferência de mais-valia, descapitalização e aprofundamento da dependência.**

Já na segunda fase, acumulação e produção, dado o desnível tecnológico, a introdução de meios de produção e tecnologia mais moderna faz com que o país capitalista, a dispor destes, obtenha um custo de produção inferior aos demais, auferindo um lucro extraordinário, ou uma mais-valia extraordinária, haja vista que o preço da mercadoria é regulado pelo preço médio da produção geral. Desse modo, a concentração de capitais acentua-se nas empresas que operam sob condições privilegiadas em relação às concorrentes, evidenciando-se um processo de monopolização precoce.

Enquanto isso, nas demais empresas, para manter a competitividade, tem-se a superexploração através do aumento da intensidade do trabalho, rebaixamento dos salários e aumento da jornada, favorecendo mais ainda as empresas monopolistas, cujo custo de produção fica cada vez mais baixo. Além disso, os trabalhadores têm pouca possibilidade de organização e reivindicação em relação à remuneração, haja vista que a introdução das tecnologias contribui para o aumento do exército industrial de reservas.

Assim, a superexploração do trabalho, que implica, como vimos, que não se remunere a força de trabalho pelo seu valor, acarreta a redução da capacidade de consumo dos trabalhadores e restringe a possibilidade de realização desses bens. A superexploração se reflete em uma escala salarial cujo nível médio encontra-se abaixo do valor da força de trabalho, o que implica ainda que aquelas camadas de operários que conseguem sua remuneração acima do valor médio da força de trabalho (os operários qualificados, os técnicos, etc.) vejam seu salário constantemente pressionado em sentido descendente,

arrastado para baixo, pelo papel regulador que o salário médio cumpre com relação à escala de salários em seu conjunto (Marini, 2012, p. 33).

Por fim, na fase da circulação, comparecem as mercadorias chamadas de bens-salário, por serem consumidas ordinariamente; as mercadorias chamadas de bens de consumo suntuários, por não serem de consumo ordinário do trabalhador; e os bens de capital, que são matérias-primas, bens intermediários e maquinário. Entretanto, o consumo encontra-se reduzido em sua capacidade, devido à superexploração e ao conseqüente rebaixamento do salário, além da parte da mais-valia ser transferida diretamente ao exterior. Isso ocorre também devido à outra parte dessa mais-valia ser dividida entre o que vai para acumulação e o que é gasto pelos capitalistas com bens suntuários, fazendo com que esse setor seja mais dinâmico. Por saldo, uma parte das mercadorias acaba circulando no mercado mundial. Assim, dadas suas particularidades, o ciclo do capital na economia dependente é caudatário do capital estrangeiro.

Osório (2012) explica que o capitalismo, como sistema mundial, estruturou-se de maneira heterogênea, com centro, semiperiferia e periferia. E, no estágio de maturidade das últimas décadas do século XX, organizou-se como: economias imperialistas, semiperiferias imperialistas, subimperialistas dependentes, economias dependentes e periferias. Exemplifica, assim, Estados Unidos e Alemanha no primeiro grupo; Espanha, no segundo; Brasil, no terceiro; Peru e Chile, no quarto; e países da África no último. O autor ressalta que, nos três primeiros ocorre a apropriação de valor, e nos dois últimos ocorre a transferência de valor para os três primeiros. Reforça ser baseada nessas relações que os problemas do desenvolvimento e subdesenvolvimento têm sentido e não sob a ótica de economias isoladas, como explicam os organismos internacionais.

Martins (2011) aponta que, para os autores da visão marxista da dependência, o socialismo seria a alternativa ao modelo de desenvolvimento econômico e político vigente, de modo que caberia aos países dependentes, a partir do socialismo, as tarefas complexas de erradicar a pobreza e a miséria. Para tanto, ser-lhes-ia necessário evitar o isolamento e buscar apoio internacional, a fim de obterem êxito.

Entretanto, deve-se ressaltar aquilo que autor denomina de visão weberiana da dependência, representada por Cardoso e Falleto (1964), os quais, embora utilizem

categorias marxistas, constroem o que o autor indicará ser um verdadeiro tipo ideal de dependência, haja vista serem subordinados a um instrumental weberiano. Dessa forma, os autores propunham a dependência negociada como modelo econômico e político para a América Latina, pois, para eles, enquanto o nacional-desenvolvimentismo encontrava como limite a escassez de divisas da substituição de importações, o capitalismo dependente romperia as bases do primeiro e teria uma elevação crescente de sua composição orgânica ao alcançar a internacionalização do mercado interno. Esse fato permitiria um deslocamento do capitalismo latino-americano para a mais-valia relativa, mesmo que sob o custo de aprofundamento da dependência tecnológica e financeira. Por outro lado, compensar-se-ia com o dinamismo econômico a médio e longo prazo, a maior desigualdade social daí advinda.

Martins (2011), sob uma outra ótica, afirma que na construção dos autores há uma desigualdade na qual o político é uma variável fraca frente ao econômico, de modo que a dependência econômica é explicitada na estrutura produtiva nacional em função do mercado externo, diante do qual o político não poderia atuar sem recair no irracionalismo ou no aventureirismo.

Cabe atentar para os possíveis desdobramentos da visão de Cardoso sobre a condução da política macroeconômica brasileira, considerando que já fora presidente por dois mandados consecutivos, entre o final do século passado e início do vigente. Significa dizer que o período sob hegemonia do pensamento neoliberal, caracterizou-se por submissão da política econômica nacional aos receituários dos organismos multilaterais sob hegemonia do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Nessa perspectiva, o Estado apresentou-se robusto, no que tange ao aparato repressor praticado a fim de flexibilizar os direitos trabalhistas, bem como privatizar as principais estatais e serviços públicos com alto potencial de lucratividade.

Por outro lado, indicava-se uma diminuição do Estado, enquanto indutor da industrialização e promotor de políticas sociais, as quais passaram a ser cada vez mais focalizadas, com organização sob égide da reforma gerencial que, embora resguardadas as devidas mediações relativas aos anos de governo do Partido dos Trabalhadores, manteve-se na tendência. Tendência essa já apontada por Braverman (1987), de externalização da produção sob a mediação do Estado no controle gerencial das

políticas sociais, que se apresentaram com alta centralização das decisões e do processo de trabalho dos seus executores.

CONSIDERAÇÕES

Portanto, ainda que sob análises distintas, ou seja, leitura de Norte desenvolvido em oposição ao Sul, como evidencia Antunes (ou de formações sociais de economia central e aqueles de economia dependente, como indicam Marini (2012), Osório (2012) e Ferreira e Luce (2012); ou considerando o operariado fabril, branco, masculino e eurocêntrico como excepcionalidade histórica, tal qual afirma Mattos (2017), há um consenso entre estes. Torna-se evidente a condição desigual da classe trabalhadora brasileira em relação àquela que se construiu na Europa, especialmente devido à nossa colonização, com monocultura de matéria- prima para o mercado internacional, e ao peso do escravismo nesse processo.

Na análise de Mattos (2017), formou-se de artesãos livres, forçados ao assalariamento, migrantes europeus e ex-escravos submetidos à legislação social, associada ao controle dos sindicatos corporativos, numa cominação de aparelho de repressão e consenso. Por outro lado, na análise de Marini (2012), Osório (2012) e Ferreira e Luce (2012), mesmo após a transição das economias latino-americanas, de agroexportadoras para de consumo de massa, perpetuou-se a condição de superexploração da classe trabalhadora, dadas as condições desiguais, o que permitiu lucros extraordinários e transferência de valor aos países de economia central.

Tais elementos permitem-nos captar, com mais propriedade, os determinantes da organização da força de trabalho na formação social brasileira, especialmente ao se tratar da sua gestão no bojo do Estado brasileiro, em contrarreforma neoliberal, nos marcos do capitalismo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

FERREIRA, C.; LUCE, M. S. Introdução. In: _____. **Padrão de Reprodução do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2012.

AZEVEDO, L. O trabalho na formação do Brasil e a questão da dependência. Modalidade: TEXTO COMPLETO. *Anais – IV Congresso Nacional de Educação na Contemporaneidade*, Natal/RN, v. 2, n. 2, p. 106-121, dez./2025.

MARINI, R. M. O ciclo do capital na economia dependente. In: _____. **Padrão de Reprodução do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Introdução à contribuição para a crítica da economia política**. p.1-26. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1859/concriteconpoli/introducao.htm>>. Acesso em: 6 out. 2016.

MARX, Karl. **O Capital**: livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013a. v.1.

MARX, Karl. **O Capital**: livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013b. v. 2.

MATTOS, Marcelo Badaró. Mais que uma analogia: análises clássicas sobre o fascismo histórico e o Brasil de Bolsonaro. In: CISLAGHI, Juliana Fiuza; DEMIER, Felipe (orgs.). **O neofascismo no poder (ano I)**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Sete notas introdutórias como contribuição ao debate da esquerda socialista no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Sete notas introdutórias como contribuição ao debate da esquerda socialista no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017

OSÓRIO, Jaime. Padrão de reprodução: uma proposta teórica. In: _____. **Padrão de Reprodução do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2012.

PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. Brasília: Ed. Brasiliense, 1976.

PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. Brasília: Editora Brasiliense, 1976.